

# Escola Camões, Entroncamento: um palimpsesto de arqueologia, arquitetura e memórias

*Camões School, Entroncamento: a palimpsest of archaeology, architecture, and memories*

**LEONOR MEDEIROS**

Universidade NOVA, FCSH

leonormedeiros@fcs.unl.pt

<https://orcid.org/0000-0001-6638-0905>

Texto recebido em / Text submitted on: 10/10/2024

Texto aprovado em / Text approved on: 24/04/2025



**Resumo.** A Escola Camões é um emblemático exemplo da arquitetura escolar e ferroviária portuguesa do século XX. Inaugurada em 1928 e funcionando até 2008, a escola é também um testemunho da evolução urbana, industrial e social do Entroncamento. Mantendo a função educativa ao longo de quase um século, foi-se alterando e transformando de acordo com as diferentes necessidades formativas que cumpriu, até ser abandonada, sofrendo então perdas patrimoniais significativas. Este artigo apresenta o resumo dos trabalhos de prospeção e levantamento aí realizados para documentar e preservar o património material e imaterial da escola. Utilizando metodologias de arqueologia da arquitetura e análise estratigráfica, o estudo envolveu levantamento detalhado, história oral, pesquisa biobibliográfica e análise de transformações do edifício ao longo do tempo. Os resultados destacam seis fases-chave na história da escola, desde a sua construção até ao período de abandono, revelando as alterações estruturais e funcionais que ocorreram em cada uma, contribuindo para a compreensão do impacto do tempo e das mudanças sociais neste património.

**Palavras-chave.** Arquitetura Escolar, Património Ferroviário, Levantamento e Documentação, Salvaguarda Patrimonial.

**Abstract.** The Camões School is an emblematic example of Portuguese school and railway architecture from the 20th century. Opened in 1928 and operational until 2008, the school is also a testament to the urban, industrial, and social evolution of Entroncamento. Maintaining its educational function for nearly a century, it underwent changes and transformations to meet the various educational needs it served until it was abandoned, suffering significant heritage losses. This article presents a summary of the archaeological survey and investigation work carried out there to document and preserve the school's tangible and intangible heritage. Using methodologies from the archaeology of architecture and stratigraphic analysis, the study involved detailed surveying, oral history, bibliographic research, and analysis of the building's transformations over time. The results highlight six key phases in the school's history, from its construction to the period of abandonment, revealing the structural and functional changes that occurred in each, contributing to the understanding of the impact of time and social changes on architectural heritage.

**Keywords.** School Architecture, Railway Heritage, Survey and Documentation, Heritage Preservation.

## Introdução

A Escola Camões, no Entroncamento, é ainda hoje um marco de referência tanto no património ferroviário como no arquitetónico, e especialmente no que concerne às instituições de ensino. Erguida no coração do bairro que partilha o seu nome, esta estrutura é um testemunho eloquente da relevância histórica e cultural da ferrovia em Portugal, bem como das comunidades que se formaram à sua volta.

Desde a sua inauguração em 1928 até ao abandono definitivo no século XXI, esta escola desempenhou um papel formativo e social, marcando as dinâmicas educativas, urbanísticas e laborais da cidade, espelhando os ideais pedagógicos da sua época. Contudo, apesar do seu valor histórico reconhecido, o edifício conheceu, nas últimas décadas, um processo contínuo de degradação física e desvalorização, consequência direta do abandono e da ausência de mecanismos de proteção legal e patrimonial. É neste contexto de alteração física acelerada e de vulnerabilidade que emergem as propostas centrais desta investigação. O presente estudo parte de um conjunto de questões que orientam a investigação e a leitura crítica do edifício: pretende-se compreender como se estabeleceu e transformou a materialidade da Escola Camões ao longo das diferentes fases da sua vida funcional, interrogando simultaneamente que camadas de significado histórico e social emergem das alterações arquitetónicas e de uso que o edifício foi sofrendo ao longo do tempo. Nesse sentido, procura-se ainda refletir de que modo o estudo arqueológico da arquitetura pode contribuir para o resgate da memória e do valor cultural de um espaço em risco, revelando narrativas ocultas na própria materialidade e ampliando as possibilidades de preservação e valorização do património construído.

É pressuposto base que os espaços da Escola Camões conservam estratigrafias materiais legíveis, capazes de documentar as sucessivas fases de uso, adaptação e resignificação a que o sítio foi sujeito. A arqueologia da arquitetura possibilitará assim a identificação de elementos que permanecem invisíveis às abordagens exclusivamente históricas ou arquitetónicas, permitindo compreender de que forma as ideias pedagógicas, sociais e arquitetónicas se corporificaram no espaço construído. Ademais, a leitura integrada do edificado – articulando fontes orais, gráficas, documentais e materiais – constitui uma via metodológica eficaz para reconstruir a biografia do edifício enquanto artefacto histórico e cultural.

Neste sentido, o presente artigo propõe-se apresentar os resultados do levantamento arqueológico e arquitetónico realizado em junho de 2019 na Escola Camões, no âmbito do projeto “Escola Camões: Passado, Presente e

Futuro”, sob o impulso da arquiteta Ana Rita Venda e do Grupo de Património Ferroviário da APAI – Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial, e enquadra-se também no estudo “Contributo e Obra do Arquiteto Cottinelli Telmo na Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses”, realizado pela Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa (FA-UL). A Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa (NOVA FCSH) providenciou a coordenação dos trabalhos arqueológicos, contando com a participação dos alunos Rui Gil e Rafael Santiago e a coordenação da autora, numa aposta na formação em metodologias de Arqueologia.

O objetivo geral do trabalho foi documentar, interpretar e valorizar arqueologicamente o edifício da Escola Camões, utilizando a metodologia da arqueologia da arquitetura enquanto ferramenta de leitura e análise crítica do edificado, para a leitura das transformações espaciais, construtivas e funcionais do edifício ao longo do tempo. Entre os objetivos específicos deste estudo, destacam-se a identificação e o registo das alterações arquitetónicas ocorridas no edifício ao longo do tempo, bem como a compreensão dos diferentes usos e apropriações do espaço escolar, desde a sua construção até ao seu abandono. Procura-se igualmente promover a integração de dados materiais e imateriais, nomeadamente através da articulação com as recolhas através da história oral (MEDEIROS 2019), e com o contraponto com análises prévias à arquitetura do espaço (LEAL 2001, CUNHA e TELMO 1927), de modo a ampliar a leitura crítica do edifício. Por fim, este trabalho visa ainda fomentar uma reflexão crítica sobre a preservação e reutilização do património edificado desprovido de proteção legal, com especial enfoque no património ferroviário e escolar, frequentemente marginalizado nas políticas patrimoniais tradicionais.

Para alcançar os objetivos propostos, foram realizadas ações sistemáticas de registo, centradas na documentação de objetos, espaços, estruturas construtivas e estratigrafias visíveis, entendidas como evidências materiais das sucessivas transformações do edifício ao longo do tempo. A metodologia aplicada durante os trabalhos de campo, que decorreram ao longo de uma semana de trabalho de campo em junho de 2019, seguiu as práticas disciplinares rigorosas da arqueologia, adaptadas à especificidade e complexidade do sítio. Este processo incluiu o mapeamento detalhado do lote, a divisão em sectores de análise, o registo fotográfico exaustivo e a elaboração de documentação gráfica detalhada, culminando na elaboração de um relatório final (MEDEIROS 2019), submetido à Câmara Municipal do Entroncamento.

Apostou-se na abordagem de preservação pelo registo, realizando o levantamento fotográfico detalhado, a elaboração de desenhos e plantas inter-

pretativas, a identificação de unidades construtivas distintas e a análise de marcas de uso, alterações e remendos estruturais, que testemunham os múltiplos momentos de adaptação funcional do edifício. O objetivo principal destas ações foi conhecer profundamente o sítio, não apenas na sua forma atual, mas enquanto testemunho acumulado de usos e significados, possibilitando a sua valorização futura enquanto elemento integrante do património cultural, educativo e ferroviário. O levantamento e o registo arqueológico permitem, assim, construir uma base empírica sólida para fundamentar eventuais propostas de reabilitação ou classificação patrimonial, identificando o estado atual, os pontos em risco e os elementos originais do edifício.

A escolha pela arqueologia da arquitetura assenta na sua capacidade de olhar o edifício como fonte primária de informação histórica (SCHULLER 2002; HARRIS, BROWN e BROWN 1993), operando através da análise das suas marcas físicas – como camadas de revestimento, vestígios de adaptação funcional e transformações estruturais – enquanto estratigrafias legíveis. Ao mesmo tempo, a aproximação interdisciplinar permitiu articular documentação histórica, desenhos técnicos, fontes orais e observação direta, estabelecendo um modelo de estudo que valoriza tanto a materialidade como a memória intangível.

Este artigo insere-se, assim, numa abordagem contemporânea ao estudo do património construído, em sintonia com propostas como as dos arqueólogos Beaudry (2004) ou Hicks e Horning (2015), que defendem a valorização das estruturas do quotidiano – como escolas, habitações operárias e oficinas – enquanto expressões materiais de sistemas ideológicos e práticas sociais. Ao deslocar o foco de análise, dos grandes monumentos para os edifícios da vida comum, pretende-se contribuir para uma arqueologia mais democrática, atenta às vozes das comunidades, às transformações dos espaços vividos e aos processos sociais que moldam a arquitetura.

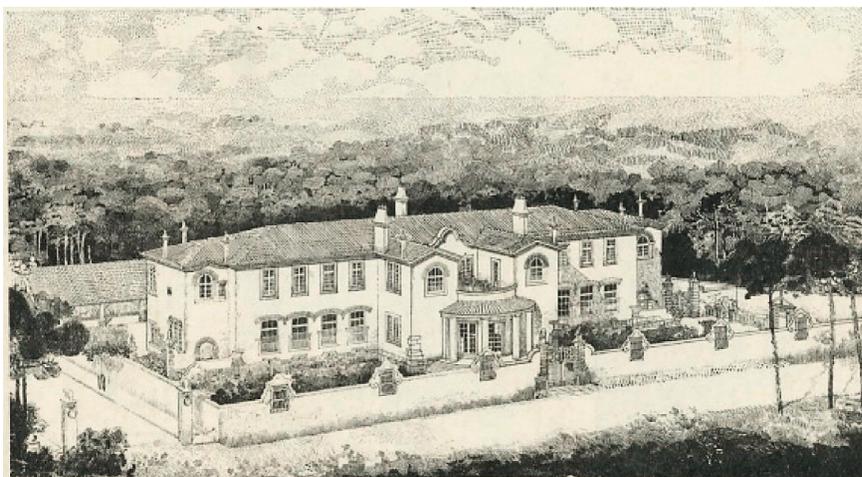
## **1. A Escola Camões – arquitetura, ensino e ferrovia em sintonia**

A Escola Camões, situada no bairro ferroviário do mesmo nome, corresponde a um exemplar icónico e representativo da sociedade industrial que aí se começa a formar, expressando a necessidade de infraestrutura educativa para os trabalhadores e suas famílias, neste caso ligado ao sector ferroviário. É fruto do crescimento do lugar do Entroncamento, a “cidade ferroviária”, que se instala e desenvolve no ponto de contacto entre a Linha do Norte (Lisboa-Porto) e a da Beira-Baixa (Entroncamento-Covilhã) – contacto esse realiza-

do em 1864, no entroncamento das duas linhas, dando nome à estação. De estação passou a freguesia em 1926, depois vila em 1932, concelho em 1945 e em 1991 constitui-se como cidade.

Este rápido crescimento do Entroncamento deveu-se em grande parte à sua definição enquanto polo ferroviário, com a necessária infraestrutura de manutenção das linhas e do material circulante. Para além de polo de circulação de pessoas e bens, tornou-se também lar e local de trabalho de muitos operários ligados ao caminho de ferro, que chegaram a constituir mais de metade da população nos anos de 1940 (LOPES 1996).

A escola entra a uso com a função de estabelecimento de ensino, no ano de 1928, função essa que sempre desempenhou ao longo dos seus quase 100 anos de existência. Mas a desindustrialização, que vai afetar fortemente os países ocidentais a partir das décadas de 70 e 80, sente-se também no Entroncamento, alterando a constituição da comunidade que a Escola Camões serviu (ROSÁRIO 1996), levando à sua desocupação em inícios do século XXI.



**Fig. 1.** “Perspectiva da Escola Camões, do Entroncamento” à época da construção, pelos arquitetos Luís Cunha e Cottinelli Telmo (Cunha e Telmo 1927: 55).

Esta terá sido construída para substituir a Escola Camões original do Entroncamento, também da Companhia dos Caminhos de Ferro (CP), construída em 1883 na Rua D. Afonso Henriques, e que coexistiu com a sua homónima até 1950, ano em que foi demolida. Esta nova escola herdou o nome da pré-existente, que deu também nome ao bairro: “bairro social de luxo, com jardins e mansardas, chafariz artístico e lampião exótico” (LEAL 2001:

98). Bairro e escola foram projetados pelos destacados arquitetos do modernismo em Portugal, Luís da Cunha e José Ângelo Cottinelli Telmo, inspirados pelos modelos da ‘cidade jardim’ de inícios do século (fig. 1). Terá sido “o primeiro bairro-jardim em Portugal” (LOPES 1996: 48) (embora haja dúvidas sobre a pertinência desse conceito neste caso (OLIVEIRA 2020)), onde se destaca “o airoso chafariz, não de calcário ou tijolo, materiais predominantes, mas de granito mandado vir pela Companhia para esta e outras construções” (LOPES 1996), hoje já desaparecido. Havia igualmente um lampião no cruzamento de ruas seguinte, também já desaparecido (ROSÁRIO 1996). Vê-se ainda clara a temática da ferrovia, impulsionadora e proprietária do bairro, no uso das secções de carril a decorar os pilares que dão entrada ao mesmo, ou até no padrão das cercaduras dos jardins das casas, comum em muitas estações ferroviárias do país.



**Fig. 2.** Vista da Escola a partir do Jardim Oeste, aquando dos trabalhos.

A escola terá sido, à época, considerada o melhor edifício escolar do país, devido à sua arquitetura e instalações (fig. 2). Os autores do projeto assim a descreviam aquando da sua construção:

A Escola Camões tem uma situação boa, pelo seu isolamento, independência e paisagem. Rodeada por um muro onde se abrem o portão principal e janelas gradeadas, com o seu sabor rústico, conventual mas não pesado tem, pela frente, um jardim e uma horta e por trás um recreio

vasto com alpendres, lavabos e W.C. Compõe-se de dois pavimentos: o primeiro é destinado propriamente aos trabalhos escolares; no segundo há habitações independentes para quatro professores. As entradas para estas estão nos extremos do edifício, e a comunicação entre os dois pavimentos pode ser cortada, evitando-se assim promiscuidades. A planta é de leitura fácil: um vestíbulo, ladeado por uma sala para os professores e outra de leitura, dá acesso a uma galeria bem iluminada para onde deitam as portas das quatro aulas; defronte do vestíbulo três salas comunicando por meio de arcos e constituindo um hall-vestiário; nos extremos da galeria, lavabos, W. C. e escadas para o andar superior. O hall poderá ser utilizado para exposições de qualquer natureza: conferências, projecções, exposições de trabalhos, etc. A planta do 2º pavimento tem um interesse menor (...): o andar foi dividido em quatro porções, por uma linha média transversal e dois corredores paralelos longitudinais, solução para a independência entre as duas habitações de cada lado, entre si, e as de um e outro lado. (CUNHA e TELMO 1927: 51-52).

O Professor Henrique Leal enfatizou, na sua análise da memória descritiva do projeto, que a abordagem higienista influenciou significativamente a estrutura e forma do edifício. Nessa perspectiva destacam-se a escolha do local devido à sua salubridade, a orientação do layout, as dimensões e quantidade de salas, a disposição dos espaços dentro das salas de aula, a quantidade e orientação das janelas, a ventilação, a conexão entre as salas por corredores e halls, as instalações sanitárias, e até mesmo o arranjo do espaço de recreio. (LEAL 2001).

Destacamos a análise minuciosa e detalhada que este autor realiza sobre a disposição espacial do edifício, proporcionando um entendimento aprofundado da sua distribuição interna e funcionalidades:

O edifício compõe-se de dois pisos, o primeiro destinado à escola propriamente dita e o segundo dividido em quatro habitações destinadas “ao pessoal”, isto é, aos professores. Se em relação ao segundo piso a memória é quase omissa, tendo em conta a natureza particular da ocupação prevista, no que toca ao primeiro é bastante cuidada [...]; a sua leitura faz-se facilmente. Subindo os cinco degraus que dão acesso ao alpendre apoiado em fortes colunas, e passando este, entramos no vestíbulo, flanqueado por uma sala para os professores e uma pequena biblioteca. Este vestíbulo dá para um corredor largo, onde se abrem as portas das aulas e nos topos do qual ficam os lavabos e W.C.. Em frente do vestíbulo existem três salas,

em comunicação por meio de arcos, que correspondem praticamente a uma sala única com a área de noventa e cinco metros quadrados, aproximadamente. Esta sala, que usualmente será frequentada pelos alunos nas horas de recreio e quando o tempo não lhes permitir fazer uso do terreno apropriado para esse fim, ao ar livre, nem mesmo do espaço coberto por telheiros – desempenhará uma função importante nas várias manifestações da vida escolar – exposições de trabalhos, palestras ou exibições de qualquer natureza... As aulas, que são quatro, ficam de um e de outro lado desta divisão [...] Também o espaço envolvente da escola é meticulosamente tratado. Para além do quadriculamento do território reservado para o recreio dos alunos, sempre de acordo com as melhores referências teóricas, demarca-se uma área de cerca de mil metros quadrados que “será ajardinada e dividida em talhões, para horta, prestando-se à execução, por parte dos alunos, de trabalhos de jardinagem” (LEAL 2001: 99-100).

Os primeiros alunos chegaram em 1928, mas só em 1932 “é possível a conclusão deste edifício, o melhor da península, segundo opiniões categorizadas, porque o terreno pantanoso obriga a uma técnica própria: os alicerces têm maior profundidade que a altura das paredes” (LOPES 1996: 58). Matriculam-se então 166 crianças, filhos, sobrinhos ou irmãos de empregados; mas recebia não só os filhos dos funcionários da C.P. – Comboios de Portugal como também os filhos de não ferroviários, lecionando também no período noturno, para os funcionários da companhia que desejassem completar a escolaridade elementar. Em 1931, “por iniciativa do pessoal das oficinas, inaugura-se junto à Escola Camões um parque de jogos, então o melhor da província, que abrange uma extensa área, com campos para foot-ball, ténis, basket -ball e patinagem” (LOPES 1996: 52).

A construção de várias escolas primárias oficiais (em 1939, 1948 e 1955) torna este espaço redundante na sua função, levando a que seja encerrada a escola, mas rapidamente a Escola de Aprendizes da CP, em expansão, se prepara para usar o espaço para instrução teórica e prática:

Tratou-se essencialmente de suprimir três das habitações do primeiro andar para assim aumentar o número de salas de aula e substituir alguns pavimentos do rés-do-chão, em madeira, provavelmente degradados, por pavimentos em mosaico. As obras foram realizadas no verão de 1959 e, desalojada dali a escola primária, a Escola de Aprendizes inaugurou as instalações no dia 1 de Outubro de 1959. Nas obras de adaptação não é feita referência à instalação de oficinas mas um ofício posterior, datado de 6 de

Novembro de 1959, fundamentando um pedido de criação de um posto de vigilância, refere que “na Escola há grande número de máquinas ferramentas, ferramentas, material diverso, etc., pelo que seria de aconselhar que se criasse ali um Posto de Polícia Privativa” (LEAL 2001:102).

Grandes transformações terão, portanto, ocorrido na Escola nesta época. Após a escola primária desocupar o edifício, as obras de adaptação incluíram a substituição do piso térreo e a transformação de duas residências no primeiro andar em salas de aula. Segundo o memorando que detalha as obras necessárias e os relatos de ex-alunos, o piso térreo, que tinha espaços maiores e mais acessíveis, foi organizado para abrigar as oficinas, incluindo uma de serralharia, com espaço para quatro turmas de vinte alunos cada, e uma oficina de máquinas e ferramentas para quatro grupos de dez aprendizes (LEAL 2001). No primeiro andar, duas residências foram removidas para criar salas para aulas teóricas; as outras salas, situadas nos antigos quartos residenciais, foram projetadas para acomodar turmas de vinte alunos, embora, por vezes, comportassem quase o dobro desse número. Segundo o autor, o aumento contínuo nas admissões havia tornado insuficiente as instalações da Central Elétrica e agora ameaçava superlotar também as instalações da Escola Camões. Ademais, esses quartos, ensolarados e agradáveis para descanso, teriam sido considerados inadequados para uso escolar segundo os princípios descritos por Cottinelli Telmo (LEAL 2001).

O mobiliário manteve-se o já presente na Escola, mas muitas vezes adaptado ao novo ensino: “Carteiras duplas que foram alteadas, estiradores na sala de desenho, mesa do professor sobrelevada num estrado, quadro preto, mapa de Portugal na parede”, mas sem “o crucifixo nem o retrato dos governantes.” (LEAL 2001:173).

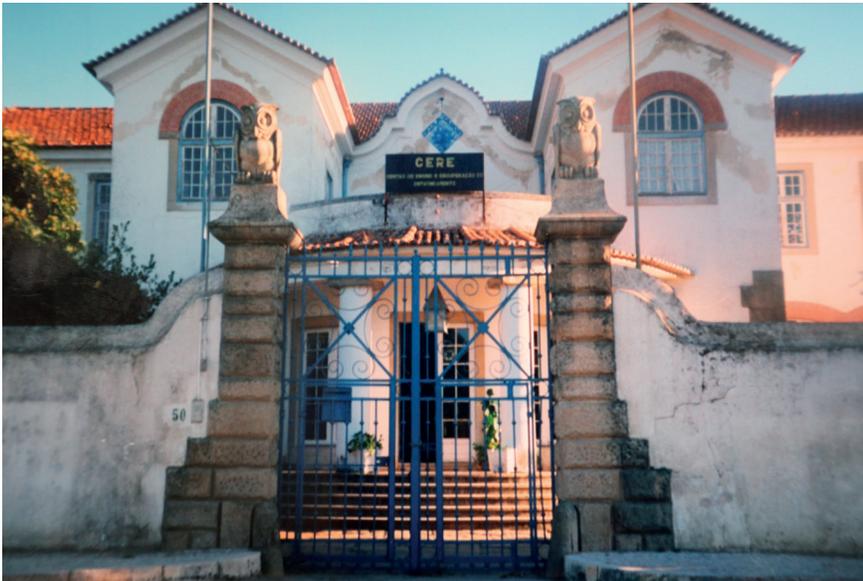
Dado que neste período a cantina ficava distante, e também para poupar nos rendimentos, muitos aprendizes traziam de casa a sua própria refeição, que aqueciam no local, numa cantina improvisada. Segundo esta recolha de Henrique Leal, para além de uma sopa e sandes, complementavam a refeição com figos e pêsegos do quintal da Escola: “rapazes furtivamente empoleirados no coruto das figueiras, iludindo a guarda do contramestre que almejava guardar figos secos para o inverno” (LEAL 2001:185).

A ligação entre espaço exterior e interior no lote da Escola fazia parte das rotinas durante todo seu uso, e na Escola de Aprendizes da Escola Camões manteve-se o apreço pelo jardim e pela horta, já valorizados nas descrições do projeto e anteriormente cuidados pelos professores da escola primária. Segundo a recolha de Henrique Leal, o chefe de brigada Bagina Miranda, que

coordenava a escola, costumava recompensar com algumas horas de trabalho na horta os alunos que primeiro entregavam os exercícios práticos e que tinham melhores notas, momentos que se distinguiam das rotinas habituais das oficinas, que eram disputados pelos aprendizes e que ainda hoje são recordados com apreço (LEAL 2001).

Em 1969, com a saída Escola de Aprendizes, a Escola Camões tomou novos usos educativos que terão obrigado à reinstalação de divisões para retorno às 4 salas de aula do piso térreo, vindo a albergar uma secção do Liceu Sá da Bandeira, de Santarém. Ao dar-se a unificação do ensino secundário e com a abertura da nova escola secundária na cidade, o edifício da Escola Camões ficou então desocupado.

Nos anos de 1980 foi neste espaço instalado o Centro de Ensino e Recuperação do Entroncamento (CERE), que obrigou a novas adaptações do espaço às necessidades do ensino especial, destacando-se a instalação dos acessos de um novo portão, rampa e elevador, bem como algumas adaptações funcionais de ajuste e refuncionalização de espaços (fig. 3).



**Fig. 3.** Foto do álbum de fotografias do CERE, mostrando o portão e fachada da Escola Camões aquando da ocupação pela instituição, ainda com os mochos, mas já a demonstrar danos de infiltrações nas paredes.

Com a saída do CERE, entre 2001 e 2008, a Escola ficou abandonada, começando a ser vandalizada. Em 2002, logo após o abandono, o SIPA – Sis-

tema de Informação para o Património Arquitetónico faz um primeiro registo do imóvel (SIPA 2024). No entanto, este lugar chega aos dias de hoje com o seu património móvel delapidado e vandalizado, alguns problemas estruturais (especialmente a nível da cobertura e pavimentos do 1º piso), e uma história por contar. Estando atualmente ainda em discussão a refuncionalização do sítio, propôs-se assim a realização de um estudo e levantamento arqueológico com vista ao registo patrimonial e ao incentivo à sua salvaguarda, dado não se encontrar sob nenhuma forma de proteção de bem cultural, nem abrangido por áreas classificadas.

A Escola Camões é representativa da tendência global de escolas ferroviárias, que uniam à infraestrutura industrial elementos sociais, reforçando o papel do ensino na formação de comunidades industriais e no estabelecimento de uma identidade específica. O seu estudo contribui para ampliar a compreensão do património social da ferrovia, valorizando-o como fenómeno não apenas nacional, mas com ligações transversais à história da arquitetura, da educação e da industrialização.

Esta deve ser compreendida como parte integrante de um sistema ferroviário social complexo, onde o caminho de ferro não se limitava à circulação de comboios, mas constituía um modo de vida totalizante, com reflexos profundos na organização urbana, social e educativa da cidade (COULLS, DIVALL, LEE 1999; BORGES 2023). Coulls propõe que a ferrovia seja reconhecida como um sistema sócio-técnico, onde estações, oficinas, linhas e locomotivas coexistem com bairros operários, escolas, centros cívicos e práticas culturais específicas. Tal como defendido por Jorge Custódio (2012), o património ferroviário não se limita às linhas férreas, estações ou locomotivas, mas abrange igualmente um conjunto mais vasto de infraestruturas sociais – bairros operários, oficinas, escolas, espaços de convívio e equipamentos de apoio comunitário – que constituem o que o autor designa como “domínio público ferroviário”. Este conceito traduz uma visão integrada e funcional da ferrovia, que estruturou formas de vida, organizou o território e moldou identidades coletivas ao longo de mais de um século. Neste contexto, a Escola Camões inscreve-se claramente numa rede transnacional de infraestruturas sociais promovidas pelas companhias ferroviárias, concebidas não apenas para assegurar a qualificação e reprodução da força de trabalho, mas também para garantir a estabilidade, coesão e elevação moral das comunidades ferroviárias (BORGES 2023). Trata-se, portanto, de um elemento essencial na leitura do património ferroviário, cuja valorização deve ultrapassar a dimensão meramente técnica para incorporar as suas expressões sociais, educativas e simbólicas. À semelhança de outras experiências internacionais, a Escola Camões revela uma arquitetura higienista e funcionalista,

coerente com os princípios pedagógicos e sanitários do início do século XX (CUNHA e TELMO 1927). Mais do que um espaço escolar, a escola representava um núcleo de formação cívica e técnica, onde se ensinavam não apenas letras, mas também os valores fundamentais do universo ferroviário: disciplina, pontualidade, ordem, solidariedade e progresso (BORGES 2023).

Contudo, estas dimensões sociais do património ferroviário são frequentemente negligenciadas nos processos de patrimonialização, que privilegiam a monumentalidade das obras de engenharia (COULLS, DIVALL, LEE 1999). A Escola Camões, que se mantém em risco de desaparecimento, é um exemplo dessa omissão: um edifício com elevado valor simbólico e identitário para gerações de ferroviários e seus descendentes, mas que ainda não foi objeto de proteção legal e carece de ações concretas de salvaguarda.

## **2. Trabalhos Arqueológicos: abordagem transdisciplinar**

No âmbito do projeto realizado na Escola Camões, os trabalhos distribuíram-se por três áreas fundamentais: investigação e pesquisa prévia, trabalho de campo, e redação de relatório. Inicialmente, efetuou-se um estudo preliminar, recorrendo a arquivos e bases de dados, para adquirir uma compreensão aprofundada do sítio, com foco particular na evolução arquitetónica do edifício e no seu histórico de ocupação. Este passo inicial foi crucial para estabelecer uma base sólida para as investigações subsequentes.

Salienta-se que o património documental relativo ao edifício (plantas, alçados e memórias descritivas) está disperso, com algumas existências no arquivo da Infraestruturas de Portugal e na posse de privados. Realce também para os antigos trabalhadores do CERE e antigos alunos da escola, que contribuem para compreender as alterações que foram sendo feitas ao edifício através da partilha das suas memórias.

Seguiu-se o trabalho de campo, realizado durante uma semana, que privilegiou o levantamento detalhado e a interpretação dos espaços, bem como das transformações ocorridas ao longo do tempo. Este trabalho incluiu a limpeza e análise cuidadosa das diversas áreas interiores e exteriores, com especial atenção ao piso térreo, com a remoção de entulho e lixo não pertencentes à estrutura original do edifício sempre que possível (fig. 4 e 5). As atividades no piso superior foram parcialmente restringidas, por questões de segurança, realizando-se apenas o registo fotográfico do existente e o mapeamento. Paralelamente, realizou-se um extenso registo gráfico e fotográfico dos vários espaços, assegurando a documentação sistemática e detalhada das caracte-

rísticas arquitetónicas relevantes. Complementarmente, efetuou-se o preenchimento de fichas de inventário para cada espaço identificado, incluindo desenhos e memórias descritivas sempre que pertinente (MEDEIROS 2019).



**Fig. 4.** Vista dos trabalhos de limpeza e desenho do empedrado de acesso à porta principal da Escola.



**Fig. 5.** À esquerda: desenho do lajeado que liga o portão à entrada do edifício (desenho de Rui Gil), evidenciando as áreas mais degradadas. À direita: vista da entrada da Escola após a limpeza.

Os trabalhos na escola iniciaram-se pelo registo do estado atual dos espaços, através de fotografia geral e de pormenor, com escala, norte e indicação de sector. O acrónimo de identificação do sítio foi estabelecido como EC19, e cada sector foi identificado pelo piso e pelo nº de sala, sendo que o Sector

O correspondia ao piso térreo (num total de 13 espaços, nomeados de S.0.1 a S.0.13), o Sector 1 ao primeiro piso (num total de 19 espaços, nomeados de S.1.1 a S.1.19), e o Sector 2 à cobertura (num total de 3 espaços, nomeados de S.2.1 a S.2.3). As áreas exteriores foram divididas em Entrada, Jardim Este, Jardim Oeste, Recreio Este, Recreio Oeste e Área Coberta. De acordo com a metodologia adequada (SCHULLER 2002; TICCIH 2003; MEDEIROS 2020), passou-se seguidamente ao estudo de cada sector, preenchendo uma ficha de levantamento, onde eram apontados os elementos e materiais construtivos, as dimensões, o património móvel associado e o estado de conservação, entre outras informações de relevo. Sempre que necessário procedeu-se a trabalhos de limpeza e remoção de lixos, para compreender pavimentos e estruturas, mas sempre sem retirada de elementos ou alterações irreversíveis ao existente (fig. 7 e 8).

Além disso, foram conduzidas entrevistas e recolhidas histórias orais de antigos utilizadores do espaço, enriquecendo a pesquisa com perspetivas pessoais e experiências vividas. Realizaram-se visitas prévias ao local para preparação dos trabalhos de campo, bem como visitas acompanhadas, para compreensão dos usos dos espaços. A visita à Escola com a Dr<sup>a</sup> Maria Manuela Batista foi particularmente relevante para compreender as alterações efetuadas aquando da ocupação pelo CERE. Foi ainda possível realizar uma sessão de história oral com antigos alunos e funcionários, no dia 20 de junho, com José Lopes Pereira Mirrado, Carlos Estriga, José Dias da Silva, Arnaldo Marques, M<sup>a</sup> Donzília Lourenço, David Ramos e M<sup>a</sup> Manuela Batista, que muito ajudaram a compreender os usos e mudanças realizadas ao longo de várias décadas (fig. 6).



**Fig. 6.** As sessões de história oral e visitas orientadas foram fundamentais para compreender os documentos históricos e as transformações sofridas pelo espaço ao longo do tempo.

Após a conclusão do trabalho de campo, procedeu-se ao processamento dos dados recolhidos, durante uma semana de trabalho de gabinete na NOVA FCSH, para processamento das fichas de campo, tratamento dos desenhos e elaboração de plantas, e redação de relatório final. Esta etapa envolveu o tratamento de desenhos e fichas, o cruzamento de informações e a interpretação dos dados, culminando na elaboração de relatório de trabalhos arqueológicos (MEDEIROS 2019) (fig. 7 e 8). A metodologia adotada para este estudo baseou-se nos procedimentos de levantamento e registo em arqueologia da arquitetura (SCHULLER 2002) e em abordagens da arqueologia industrial (DOUET 2012; PALMER e NEAVERSON 1998), bem como em normas internacionais (TICCIH 2003). Além disso, utilizaram-se princípios de análise estratigráfica em arqueologia (HARRIS, BROWN e BROWN 1993), para a interpretação das fases do edificado.

## **2.1 Fases de evolução do edificado**

No seguimento dos trabalhos realizados, foram definidas seis fases-chave da história do edifício, resumidas em seguida:

### **Fase I: 1926-1928 – Construção**

Estabeleceu-se como primeira fase o momento de construção, para diferenciar o momento caracterizado pela implementação de métodos construtivos e decorativos, bem como das fundações. Este período corresponde à construção original da Escola Camões, projetada pelos arquitetos Luís da Cunha e Cottinelli Telmo, inserida num plano urbanístico mais amplo do Bairro Ferroviário Camões. O edifício, de dois pisos, é construído segundo uma planta funcional, racionalista, orientada por princípios higienistas e pedagógicos modernos, com clara separação entre zonas administrativas, salas de aula, recreios e habitação dos professores. As fundações foram lançadas neste período, bem como a instalação dos elementos decorativos originais, como os azulejos, estuques em caixotão e candeeiros de ferro.

### **Fase II: 1928-1958 – Escola Primária**

Nesta fase, a escola funcionou como escola primária oficial, com regime misto. O uso dos espaços manteve-se próximo do projeto original, com salas de aula organizadas em torno do vestíbulo principal, recreios separados por género e aproveitamento da horta escolar, de inspiração pedagógica e educativa. Não se registam grandes alterações estruturais, embora seja possível que já nesta fase se tenham efetuado pequenos ajustamentos de mobiliário,

incluindo instalação de quadros de ardósia, armários e bancos fixos. A presença de professoras residentes no piso superior, em duas habitações (ala Este), e professores do sexo masculino noutras duas (ala Oeste), foi característica distintiva desta fase.

### **Fase III: 1959-1969 – Escola de Aprendizes**

Com a instalação da Escola de Aprendizes da CP, inicia-se uma fase de profundas alterações funcionais. Salas de aula foram convertidas em oficinas técnicas, com demolição de paredes e adaptação dos espaços do vestíbulo em vestiários e áreas de apoio técnico. No exterior, foi erguida uma estrutura de forja, usada para treino prático dos aprendizes. Esta fase está associada à introdução de novos equipamentos técnicos e reorganização interna do espaço. O piso superior começa a perder a sua função residencial, com demolição de várias paredes para criar espaços amplos.

### **Fase IV: 1971-1980 – Liceu**

Durante esta fase, a escola é adaptada para funcionar como secção destacada do Liceu Sá da Bandeira de Santarém, correspondendo a um período de expansão do ensino secundário no país. Procedeu-se à reconfiguração de espaços, incluindo a reconstrução de paredes divisórias no piso térreo (reversão parcial das demolições feitas na fase anterior), instalação de bebedouros e sanitários no exterior e transformação da antiga forja em cafetaria. O uso formal volta a estar centrado no ensino teórico, com menor ênfase na formação técnica, refletindo-se numa nova organização funcional das salas e adaptação do mobiliário para ensino geral.

### **Fase V: 1980-2001 – CERE**

Esta fase, correspondente ao período de funcionamento da Escola Camões como Centro de Ensino e Recuperação do Entroncamento (CERE), é ainda hoje a mais visível na configuração atual do edifício. O espaço foi profundamente adaptado para responder às exigências do ensino especial, com particular atenção à acessibilidade. Entre as intervenções estruturais mais relevantes destacam-se a instalação de um elevador exterior e a adição de uma rampa de acesso ao Recreio Este, facilitando a circulação de pessoas com mobilidade reduzida. Procedeu-se também à alteração dos sanitários e ao revestimento dos pavimentos das salas S.0.7 e S.0.8 com linóleo, por motivos de higiene e manutenção. Simultaneamente, diversos espaços foram reconfigurados para funcionar como secretaria, biblioteca ou refeitório.

### Fase VI: 2008-presente – abandono

Com o encerramento da escola em 2001 e ausência de reocupação efetiva, iniciou-se um processo de abandono progressivo, intensificado a partir de 2008. A degradação manifesta-se na perda de elementos originais – como os mochos em pedra, os candeeiros de época, quadros e mobiliário fixo – por roubo, vandalismo e negligência. Tenha-se em conta janelas, portas, mosaicos, ou quadros, partidos e grafitados. As infiltrações, danos estruturais na cobertura e a destruição de revestimentos interiores são hoje visíveis em quase todos os compartimentos. Embora nos últimos anos, no âmbito dos trabalhos municipais de revalorização do bairro, tenha sido pintado o exterior do muro envolvente da escola, esta continua em estado de abandono.



**Fig. 7.** Vista do primeiro espaço de entrada da escola, Sector 0.1 (vestíbulo), aquando dos trabalhos de limpeza, evidenciando marcas de vandalismo e deterioração, bem como restauros prévios ao teto em caixotão.



**Fig. 8.** Exemplos do levantamento efetuado: vistas de alguns espaços interiores (Sectores) do primeiro piso da Escola (Sector 1), por ordem de linha, começando no topo: S. 1.3, S. 1.12, S. 1.15, S. 1.17, S. 1.18b.

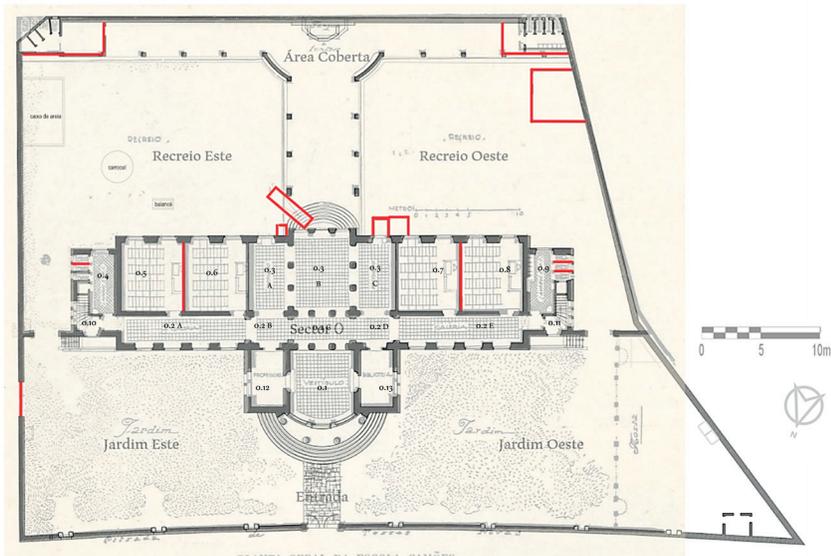
## 2.2 Transformações do espaço ao longo do tempo

Ao longo das várias ocupações as transformações efetuadas no espaço foram constantes, em termos de alteração das partições interiores (especialmente no Sector 1), sendo também marcantes as adições causadas por necessidades de acesso na Fase V.

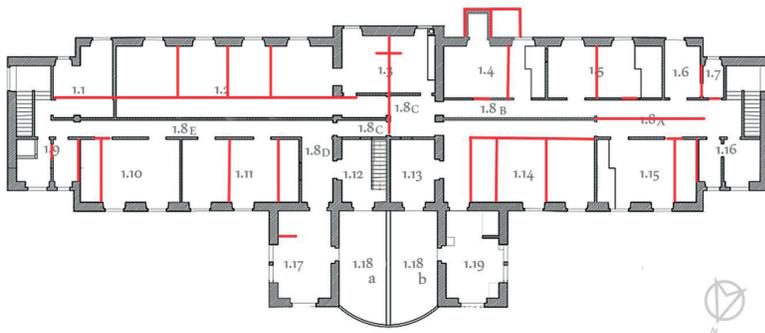
Assim, o piso térreo (Sector 0) sofreu poucas alterações estruturais, com duas paredes originais entre salas removidas na Fase III, para criar uma grande oficina de Serralharia e uma Secção de Máquinas e Ferramentas, depois repostas na Fase IV. Na Fase V dá-se neste piso a alteração da casa de banho a oeste (S 0.4) para ser acessível a cadeira de rodas, com adição de base de chuveiro, e a alteração de função da casa de banho a este (S 0.9) para transformação em escritório da Direção, com necessidade de demolição dos compartimentos das sanitas. As alterações de função causaram também mudanças no mobiliário (remoção de equipamentos e adição de outros) que deixam algumas pequenas marcas nas paredes, sendo a apontar o cobrimento do chão das salas 0.7 e 0.8 com linóleo, na Fase V, por motivos de facilidade de limpeza das salas de atividades. Destaca-se ainda desta fase as adições de elevador (caixa de elevador e sala das máquinas) e de rampa de acesso ao Recreio Este, bem como a introdução de mobiliário lúdico (balancé, carrossel, escorega e caixa de areia) nesse recreio, que era antes o 'Recreio para Meninas'. As mudanças de função do espaço, mesmo sem mudanças estruturais, acontecem também, como é visível nas salas laterais do vestíbulo, que são à vez Secretaria, Sala dos Professores e Biblioteca, ou Vestiários (fig. 9).

No exterior, destaque para a construção de estrutura de forja na Fase III, que depois será refuncionalizada como cafetaria nas fases seguintes. Serão aí também alteradas as casas de banho junto ao muro sul, na Fase IV, com alargamento das mesmas. Na Fase V, destaque para a abertura de vão no muro oeste. Outras alterações terão ocorrido na área nomeada Jardim Este, cuja cronologia não foi possível apurar.

Nos pisos superiores as alterações foram mais marcadas. No piso superior (Sector 1), originalmente dividido em quatro quadrantes, com duas habitações para professora no lado este e duas habitações para professor no lado oeste do edifício, as adaptações para Escola de Aprendizizes (Fase III) levaram à demolição de várias paredes de modo a abrir espaços para lecionar. Ao contrário do que aconteceu no piso térreo, essas paredes não terão voltado a ser levantadas em momentos posteriores. As cozinhas, uma por habitação, que se encontravam na zona central do edifício, serão reduzidas, mantendo-se as mais a sul, unidas e adaptadas, sendo uma das habitações (a NE) transformada num espaço amplo para refeitório (fig. 10).



**Fig. 9.** Sobreposição da planta atual (MEDEIROS 2019) com a planta publicada em 1927 (CUNHA e TELMO 1927), com indicação a vermelho das principais alterações estruturais realizadas no espaço exterior e piso térreo ao longo da sua história.



**Fig. 10.** Planta do piso superior, indicando a vermelho as alterações (remoções e adições) efetuadas ao longo da utilização do espaço (MEDEIROS 2019).

## 2.4 Resumo de alterações por fase

### Fase III:

Criação de espaço de forja (utilizada para fazer materiais como o martelo e esquadro do equipamento dos aprendizes).

Fusão de duas salas de aula (S 0.5 e S 0.6), através da demolição de parede, para transformação em Oficina de Serralharia.

Fusão de duas salas de aula (S 0.7 e S 0.8), através da demolição de parede, para transformação em Secção de Máquinas Ferramentas.

Adaptação do mobiliário existente.

Utilização das salas (S 0.12 e S 0.13) laterais ao vestíbulo como vestiários.

Alteração da estrutura dos WC do piso superior – Sectores 1.1, 1.6, 1.7, 1.9, 1.16.

Transformação de espaços de “habitação de professora” (ala sudoeste) em Sala de Desenho – Sectores 1.2, 1.3.

Alteração dos espaços de corredor – S 1.8.

Alteração dos espaços de Habitação de Professor a nordeste, com remoção de paredes e abertura do espaço – S 1.14.

#### **Fase IV:**

Alargamento das instalações sanitárias no Exterior – área Coberta.

Adição de bebedouros junto à fonte – área Coberta.

Transformação do espaço de forja em cafetaria – Recreio Oeste.

Recolocação de paredes divisórias nas salas de aula do piso térreo – Sectores 0.5, 0.6, 0.7, 0.8.

#### **Fase V:**

Instalação de equipamento lúdico no Recreio Este.

Abertura de vão no muro – Jardim Este.

Alteração de compartimento em S 0.4 para alargamento de espaço sanitário e instalação de base de duche.

Alteração do Sector 0.9 para adaptação a escritório, com remoção de compartimentos e sanitários.

Revestimento dos pisos em S 0.7 e S 0.8 com linóleo.

Alteração da janela (transformação em vão) do Sector 0.3C para criação de acesso ao elevador exterior.

Alteração da janela (transformação em vão) do Sector 1.4 para criação de acesso ao elevador exterior.

#### **Fase VI:**

Desaparecimento dos mochos na Entrada.

Desaparecimento dos candeeiros do interior da Escola.

Vandalismo – quebra de elementos (vidros das janelas, portas, quadros, bebedouros, fonte, etc.), pintura a graffiti sobre paredes, remoção de elementos decorativos.

Danos estruturais generalizados, especialmente a nível da cobertura, mas também em diversas salas e no vestíbulo.



**Fig. 11.** Alguns dos elementos ainda presentes no edifício que remetem para uma história de 100 anos ao serviço do ensino.

O conjunto de trabalhos arqueológicos realizados na Escola Camões evidenciou a eficácia de uma abordagem transdisciplinar aplicada ao património escolar ferroviário edificado, que combinou investigação histórica, análise estratigráfica da arquitetura, história oral e levantamento gráfico sistemático. Através do cruzamento entre fontes documentais selecionadas, dados de campo e testemunhos de antigos utilizadores – nomeadamente professores e alunos do CERE e da antiga Escola de Aprendizes da CP – foi possível identificar e caracterizar seis fases distintas de ocupação e transformação funcional do edifício, desde a sua construção (1926-1928) até ao atual estado de abandono. As atividades de campo permitiram mapear com detalhe os espaços da escola, exteriores e interiores, incluindo três pisos, recreios e jardins, num total de 41 sectores. Documentaram-se as alterações estruturais e funcionais mais significativas, como a fusão de salas para oficinas técnicas na Fase III, a adição de equipamento lúdico e instalações de acessibilidade na Fase V, ou a degradação estrutural generalizada na Fase VI. A recolha de história oral, especialmente na sessão com antigos alunos e trabalhadores, forneceu informação única sobre o uso pedagógico, simbólico e quotidiano dos espaços, enriquecendo a análise com perspetivas vividas que não constam dos documentos escritos.

A aplicação da metodologia de arqueologia da arquitetura (segundo

HARRIS, BROWN e BROWN 1993; PALMER e NEAVERSON 1998; SCHULLER 2002; DOUET 2012; ou MEDEIROS 2020) foi determinante para ler o edifício como fonte primária de informação histórica, permitindo não só compreender as suas sucessivas transformações físicas, mas também os contextos sociais, educativos e institucionais que motivaram tais alterações. A Escola Camões revela-se, assim, um caso paradigmático de infraestrutura social ferroviária, profundamente enraizada na malha urbana e identitária do Entroncamento, cuja leitura patrimonial exige uma abordagem sensível à sua materialidade, usos históricos e memória comunitária.

## Conclusão

Conforme amplamente defendido pela comunidade científica no campo da gestão de património, a preservação de locais históricos é mais eficazmente alcançada através do seu uso contínuo (TICCIH 2003). O caso da Escola Camões mostra como o edifício foi constantemente reaproveitado como espaço de educação e formação, deixando marcado nas paredes, pavimentos e outros espaços, as necessidades de adaptação funcional ao longo das décadas. Após 75 anos de adaptação e vivência, o seu prolongado abandono, aliado a danos estruturais e a uma manutenção limitada, resultou numa degradação significativa ao longo de mais de uma década. Este período de abandono conduziu ao roubo e destruição de elementos únicos e irrepetíveis, ao vandalismo que deteriorou a estrutura e os elementos decorativos e ao impacto do tempo e do clima, especialmente visível nos danos às coberturas, pavimentos e revestimentos. Uma comparação entre os levantamentos fotográficos do início dos anos 2000 (SIPA) e os de 2019 (MEDEIROS 2019) revela claramente a extensão dos danos, particularmente em termos estruturais, de sujidade e de abandono, bem como no desaparecimento de elementos estéticos fundamentais, como os candeeiros. A remoção do património móvel associado à escola, que faz parte da narrativa sobre os usos do espaço e também sobre o investimento na educação técnica e especializada, ou sobre a visão integrada do espaço educativo, constitui uma perda flagrante. Sendo inviável a sua preservação dentro do espaço físico, pela degradação do espaço, sujeito aos elementos e ao vandalismo, a preservação noutra local é uma opção legítima de salvaguarda. Isso foi testemunhado nas novas instalações do CERE, onde podemos encontrar, mantidos e cuidados, bancos e cadeiras recolhidas na escola aquando do seu encerramento (MEDEIROS 2019). A história do mobiliário escolar, enquanto intermediário direto do aluno e professor com

o espaço de ensino, visível seja nos quadros de ardósia seja nas mesas e cadeiras da aula, na iluminação ou no equipamento sanitário, tudo elementos móveis que mais rapidamente são vandalizados nestes espaços abandonados, merece aqui também uma abordagem mais profunda, que se exorta que seja realizada.

Adicionalmente, foram identificados danos significativos ao suporte estrutural do edifício, possivelmente resultantes de demolições de paredes que, com o passar do tempo, assumiram funções de suporte de carga. Esta alteração estrutural tem impacto direto na estabilidade dos pilares do vestíbulo, como indicado pela compressão excessiva destes pilares e consequente desprendimento de azulejos (MEDEIROS 2019). A contínua perda de elementos a que a Escola está sujeita, seja por motivos de ordem natural ou humana, é claramente acelerada. Como consequência, arriscamo-nos a perder um marco histórico que, apesar dos seus evidentes valores como património cultural, bem como atributos de autenticidade, integridade e valor histórico, arquitetónico e social, continua sem a necessária proteção e em risco de desaparecimento irreversível.

Apesar destes desafios, a Escola Camões mantém a sua identidade única e carácter distintivo. Como um edifício projetado especificamente para a educação, preservou a sua função ao longo de quase um século (fig. 11). Assim, a sua renovação deve visar a preservação do máximo de tecido original do edifício e a manutenção da sua função educativa. Durante a sua história, a escola ganhou uma dimensão que vai além da transmissão de conhecimento. Henrique Leal (2001) destaca que, enquanto Escola de Aprendizizes da CP, a Escola Camões tornou-se um espaço de liberdade e um símbolo de identidade. Da mesma forma, entrevistas com ex-alunos do Liceu revelam experiências ligadas à Revolução de Abril de 1974, ancoradas nos espaços da Escola Camões.

Embora a análise do património construído seja tradicionalmente realizada por historiadores de arte, arquitetos ou historiadores locais, pretende-se com este caso de estudo evidenciar como a inclusão de abordagens arqueológicas, na análise e estudo do património construído, são fundamentais para identificar e salientar aspetos associados à cultura material e às suas transformações ao longo do tempo. Consegue-se assim focar o estudo nas relações espaço-temporais entre usos e alterações ao edifício e a sua envolvente, destacando as relações, poderosas e íntimas, entre pessoas e o espaço à sua volta, nomeadamente nos edifícios onde desenvolvem as suas atividades e espelham os seus ideais (HICKS e HORNING 2015). Trabalhar neste tipo de registos obriga também a arqueologia a desenvolver uma abordagem própria à análise documental e de outras fontes históricas, como foi neste caso,

relacionando os estudos sobre a história da escola, os projetos dos arquitetos que a construíram e as memórias de quem nos espaços viveu, trabalhou e aprendeu. A integração do estudo histórico com a arqueologia e o registo da memória intangível da comunidade, pretendem desvendar detalhes que esperamos contribuam para revitalizar a Escola Camões, preenchendo novamente com vozes os seus recreios e salas, agora silenciosos e abandonados. Embora o edifício seja a ‘âncora’ material da história que aqui ocorreu, a sua recuperação não deve limitar-se ao edifício físico, mas incluir a preservação da memória viva, a história do lugar e a experiência das comunidades que por lá passaram.

Essas conexões profundas com a comunidade, ainda muito vivas, evidenciam o apreço que as várias gerações têm pelo local. Este afeto é uma ferramenta crucial para reintegrar este elemento patrimonial na vida quotidiana das pessoas do Entroncamento. O levantamento arqueológico realizado ofereceu uma visão abrangente do espaço, da sua materialidade e seus significados históricos, sociais e técnicos. O seu valor patrimonial tangível encontra-se no valor arquitetónico e construtivo da escola, que reflete ainda elevada autenticidade, sendo original e exemplar. Concebido pelos reconhecidos arquitetos Luís da Cunha e Cottinelli Telmo, o edifício da Escola Camões é um notável exemplo de arquitetura escolar dos anos 1920, inspirado nos princípios da “cidade jardim” e no discurso higienista, destacando-se pela sua estrutura funcional, organizada, com ampla luz natural, ventilação cuidada e uma forte preocupação com a saúde e pedagogia – tendo sido considerado, à época, “o melhor edifício escolar do país”.

Mas esta escola encerra também valores intangíveis de profundo alcance histórico-social, educativo e identitário, que transcendem a sua materialidade. A Escola Camões é um exemplo emblemático do património escolar e ferroviário português, não apenas pela sua função enquanto espaço de ensino, mas também pelo papel que desempenhou na construção da identidade coletiva do Entroncamento. Ao longo de quase um século, foi palco de vivências de várias gerações – desde filhos de ferroviários a jovens em formação técnica ou alunos com necessidades educativas especiais – refletindo as transformações da sociedade e do ensino em Portugal. A sua memória está intrinsecamente ligada à comunidade local, às práticas educativas, às rotinas do quotidiano e aos laços afetivos que se formaram entre muros, agora em risco mas ainda carregados de significado.

## Agradecimentos

Esta intervenção partiu de um desafio da arquiteta Ana Rita Venda, a quem agradecemos ter visto o potencial em unir o olhar arqueológico com a dimensão arquitetónica para olhar o futuro deste lugar. Um agradecimento também aos alunos de arqueologia da NOVA FCSH, Rafael Santiago e Rui Gil, que energeticamente participaram nos trabalhos arqueológicos.

Agradecemos ainda o fundamental suporte logístico da Câmara Municipal do Entroncamento, em particular à vereadora Dr.<sup>a</sup> Tília Nunes. Agradecemos também à IP-Património, à CP Portugal e à Dr.<sup>a</sup> Graça Serejo pelo seu apoio, bem como ao CERE e à Dr.<sup>a</sup> Maria Manuela Batista. Um reconhecimento especial vai para a APAI, em particular à sua Direção e ao Grupo de Trabalho em Património Ferroviário, e à NOVA FCSH.

## Bibliografia

- BEAUDRY, Mary C. (2004). “Doing the Housework: New Approaches to the Archaeology of Households”, in Kerri S. Barile e Jamie C. Brandon (eds.), *Household Chores and Household Choices: Theorizing the Domestic Sphere in Historical Archaeology*. Tuscaloosa: University of Alabama Press, 254-262.
- BORGES, B. (2023). *O Significado do Património Ferroviário*. Lisboa: Edições Colibri.
- COULLS, A.; DIVALL, C.; LEE, R. (1999). *Railways as World Heritage sites*. Technical Report. Paris, France: ICOMOS, 29p. Disponível em: <https://openarchive.icomos.org/id/eprint/3043/>
- CUNHA, L; TELMO, C. (1927). “Construções escolares e bairros operários: Escola e Bairro Camões no Entroncamento”. *Arquitectura: revista mensal*, 1, 4, 50-56.
- CUSTÓDIO, J. (2012). “Património ferroviário em risco: O caso do complexo do Barreiro”. *Revista P&C*, 53, Julho-Dezembro, 38-40. Disponível em: [www.gecorpa.pt](http://www.gecorpa.pt).
- DOUET, J. (ed.) (2012). *Industrial Heritage Retooled*. TICCIH and Carnegie Publishing.
- HARRIS, E. C.; BROWN, M.; BROWN, G. (eds.) (1993). *Practices in Archaeological Stratigraphy*. London and San Diego: Academic Press.
- HICKS, D.; HORNING, A. (2015). “Historical archaeology and buildings”, in *The Cambridge Companion to Historical Archaeology*. Cambridge: Cam-

- bridge University Press, 273-293.
- LEAL, H. R. (2001). *De aprendiz a cidadão: a escola de aprendizes da C.P. no Entroncamento 1943-1976*. Tese de mestrado em Ciências da Educação, Universidade de Lisboa, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação.
- LOPES, M. M. (1996). *Entroncamento: o caminho de ferro, factor de povoamento e de urbanização* (3ª ed.). Câmara Municipal do Entroncamento.
- MEDEIROS, L. (2019). *Relatório Final - Levantamento e Arqueologia da Arquitectura - Escola Camões, Entroncamento – EC19*. Relatório, Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial.
- MEDEIROS, L. (2020). “La fábrica reutilizada: La contribución de la arqueología de la arquitectura al conocimiento y puesta en valor del patrimonio industrial”. *ERPH: Revista Electrónica de Patrimonio Histórico*, 27, 28-51. <https://doi.org/10.30827/e-rph.v0i27.17900>
- OLIVEIRA, P. (2020). *Caracterização das construções dos bairros ferroviários do Entroncamento*. Tese de mestrado em Reabilitação Urbana, Escola Superior de Tecnologia de Tomar, Instituto Politécnico de Tomar.
- PALMER, M.; NEAVERTON, P. (1998). *Industrial Archaeology – Principles and Practice*. London and New York: Routledge.
- ROSÁRIO, P. (1996). *Entroncamento: do mito do progresso à realidade presente* (2ª ed.). Câmara Municipal do Entroncamento.
- SCHULLER, M. (2002). *Building archaeology - Monuments & Sites VII*. ICOMOS.
- SIPA. (s.d.). “Escola Camões”, in SIPA, *Sistema de Informação para o Património Arquitectónico*. [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=14294](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=14294) (acesso em 2024-09-25).
- TICCIH (2003). *The Nizhny Tagil Charter for the Industrial Heritage*. The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage.

